

HABEAS CORPUS Nº 231.900 - PE (2012/0016845-0)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : RODRIGO TRINDADE
ADVOGADO : RODRIGO GONÇALVES TRINDADE - PE001081B
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PACIENTE : JOSELITO VIEIRA LIRA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de JOSELITO VIEIRA LIRA apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco.

Depreende-se dos autos que o paciente foi pronunciado como incurso no art. 121, § 2º, IV, do Código Penal.

Impetrado prévio *writ* na origem, no qual se alegou haver excesso de linguagem na decisão de pronúncia, a ordem foi denegada em acórdão assim ementado (e-STJ fl. 10):

PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. ALEGAÇÃO DE NULIDADE DA DECISÃO DE PRONÚNCIA. CONHECIMENTO DO WRIT POR SE TRATAR DE MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. EXCESSO DE LINGUAGEM. INEXISTÊNCIA. O MAGISTRADO DE PRIMEIRO GRAU LIMITOU-SE A DESCREVER AS RAZÕES DO SEU CONVENCIMENTO QUANTO À MATERIALIDADE E INDÍCIOS DE AUTORIA DO DELITO, VALENDO-SE, PARA TANTO, DE DEPOIMENTO TESTEMUNHAL. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

Reitera-se, na presente impetração, que há excesso de linguagem na decisão de pronúncia, razão pela qual se requer seja reconhecida a sua nulidade.

Informações prestadas às e-STJ fls. 49/63, 65/79 e 82/97.

O Ministério Público Federal manifestou-se pela denegação da ordem (e-STJ fls. 99/100).

É, em síntese, o relatório.

Após examinar a decisão que admitiu a imputação formulada contra o paciente, determinando a sua submissão a julgamento pelo Tribunal do Júri, verifico não haver mácula no referido ato decisório.

Cabe assinalar, de início, que *"a decisão de pronúncia consubstancia mero juízo de admissibilidade da acusação, razão pela qual não ocorre excesso de linguagem tão somente pelo fato de o magistrado, ao proferi-la, demonstrar a ocorrência da materialidade e dos indícios suficientes da respectiva autoria, vigendo, nesta fase processual, o princípio do in dubio pro societate"* (AgRg no Ag n. 1.153.477/PI, relator Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, Sexta Turma, julgado em 6/5/2014, DJe 15/5/2014).

Portanto, deve o magistrado, nos termo do art. 413, § 1º, do Código de Processo Penal, ao pronunciar o acusado, apontar, de forma fundamentada, a existência de provas de materialidade e indícios de autoria.

Assim, ao mesmo tempo em que se deve demonstrar a plausibilidade da acusação, não pode, por outro lado, adentrar o exame do mérito da acusação, a ponto de indevidamente invadir seara reservada ao juiz natural da causa e, simultaneamente, influenciar o ânimo dos jurados, configurando o vício denominado excesso de linguagem.

Transcrevo, para melhor exame da tese defensiva, os fundamentos da decisão combatida (e-STJ fl. 9):

Para a pronúncia, basta que o Juiz, motivadamente, se convença de um homicídio doloso, consumado ou tentado, e de sua autoria, até por indícios. É o quanto preconiza o artigo 408, do CPP.

Da materialidade do delito, não há que se duvidar, face à peça técnica de fls. 16, corroborada nas fotografias de fls. 18, o mesmo se dizendo da autoria, consistente nos depoimentos colhidos.

Destaque-se que a testemunha JOSÉ MARIANO DA CRUZ, presenciou a execução do delito, asseverando:

'...que a vítima adentrara em sua casa e o acusado correria atrás da mesma atirando; que após atirar toda a carga do revólver, o acusado foragiu-se...'

Sem dúvida, também evidenciado restou que fora a vítima atingida, sem oportunidade de esboçar qualquer gesto de defesa, de vez que a

mesma após alvejada, correria do acusado, tendo este ao seu encalço, conseguindo despejar-lhe toda a carga de seu revólver.

Assim, posto, com fulcro no diploma citado, julgo procedente, em parte, a denúncia, para pronunciar o acusado JOSELITO VIEIRA LIRA "Nildo", nas penas do art. 121, § 2º, inciso IV, do Código Penal...(negritos aditados).

Vê-se, portanto, que o Magistrado, ao pronunciar o réu, apenas se referiu a circunstâncias relativas ao binômio autoria/materialidade que circunstanciam o evento, não havendo que se falar em excesso de linguagem, pois obedeceu fielmente à legislação de regência, mormente ao comando dos arts. 413 e 414 do Código de Processo Penal.

A propósito:

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRONÚNCIA. FALTA DE INDÍCIOS DE AUTORIA. INCIDÊNCIA DA QUALIFICADORA. EXAME APROFUNDADO DAS PROVAS. VEDAÇÃO. INDIVIDUALIZAÇÃO DAS CONDUTAS. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PRONÚNCIA QUE ATENDEU AO ART. 413, § 1º, DO CPP. EXCESSO DE LINGUAGEM. INOCORRÊNCIA. EXCESSO DE PRAZO. NÃO CONFIGURAÇÃO. TRAMITAÇÃO REGULAR. DESPROVIMENTO.

1. [...]

2. *Hipótese em que a magistrada a quo foi extremamente cautelosa e limitou-se a demonstrar os indícios de autoria, de modo a autorizar que o exame mais aprofundado da questão fosse delegado ao Tribunal do Júri competente. Em nenhum momento a Juíza excedeu-se ou afirmou a certeza da culpa. Assim, não se constata excesso de linguagem na pronúncia.*

3. *A suposta falta de individualização da conduta não foi, nesse enfoque específico, enfrentada pelo Tribunal de origem, vedada a supressão de instância. A Corte estadual concluiu que a pronúncia atendeu ao disposto no art. 413, § 1º, do Código de Processo Penal, o que de fato se constata da leitura da sentença. A fundamentação limitou-se à indicação da materialidade do fato e dos indícios de autoria, conforme determinação legal. Ausente, portanto, qualquer ilegalidade.*

4. [...]

5. *Recurso ordinário a que se nega provimento.*

(RHC 72.083/RJ, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 06/09/2016, DJe 16/09/2016)

Ademais, insta salientar que a defesa não suscitou em alegações finais a tese de negativa de autoria, pois apontou que o paciente agiu sob o manto da legítima defesa (e-STJ fl. 9). Nesse contexto, não se afigura indevido, portanto, ter o magistrado afirmado, de forma singela, baseado em prova testemunhal, não haver dúvida de que a "vítima fora atingida".

Não há que se falar, portanto, em anulação da decisão de pronúncia por excesso de linguagem.

Nesse sentido:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO TENTADO. PRONÚNCIA. EXCESSO DE LINGUAGEM. NÃO OCORRÊNCIA.

1. "A decisão de pronúncia consubstancia mero juízo de admissibilidade da acusação, razão pela qual não ocorre excesso de linguagem tão somente pelo fato de o magistrado, ao proferi-la, demonstrar a ocorrência da materialidade e dos indícios suficientes da respectiva autoria, vigendo, nesta fase processual, o princípio do *in dubio pro societate*" (AgRg no Ag n. 1.153.477/PI, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, Sexta Turma, julgado em 6/5/2014, DJe 15/5/2014).

2. No presente caso, o Magistrado, ao pronunciar o réu, apenas se referiu a circunstâncias relativas ao binômio autoria/materialidade que circunstanciam o evento, não havendo que se falar em excesso de linguagem, pois obedeceu fielmente à legislação de regência, mormente ao comando dos arts. 413 e 414 do CPP.

3. Ademais, conforme reconhecido pelo ora agravante, não há negativa de autoria por parte da defesa. Pelo contrário, a defesa alega que o réu não tinha a intenção de matar, requerendo, por conseguinte, a desclassificação do crime para lesões corporais de natureza leve. Daí a razão pela qual o Juízo de primeiro grau entendeu, na decisão de pronúncia, que a autoria estaria provada nos autos pelas declarações do réu, consignando, ainda, que a tese de desclassificação deve ser submetida à apreciação do Conselho de Sentença. Não há que se falar, portanto, em anulação da decisão de pronúncia por excesso de linguagem.

4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 1226646/MG, de minha relatoria, SEXTA TURMA, julgado em 13/03/2018, DJe 26/03/2018)

Ademais, há notícia de que sobreveio o julgamento do paciente pelo

Tribunal do Júri, oportunidade em que foi condenado. Dessarte, vale destacar que esta Sexta Turma é firme na compreensão de que a superveniência de sentença condenatória esvazia a alegação de nulidade da pronúncia, seja por excesso de linguagem ou por ausência de fundamentação das qualificadoras na decisão de pronúncia (AgRg no HC n. 429.228/PR, relator Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 26/2/2019, DJe 12/3/2019).

Ante o exposto, **denego a ordem.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de junho de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator

